

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL E NO PARANÁ

CARVALHO, LUIZ DOMINGOS MORENO DE¹ E MENDES, CESAR MIRANDA²

RESUMO. O presente artigo procura fazer uma breve trajetória da Geografia Urbana, sobretudo a dedicada ao território Norte-Paranaense e suas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Estruturação de Cidades, Expansão urbana, Norte do Paraná Rede de Cidades, Produção de espaço urbano.

CONSIDERATIONS ABOUT THE EVOLUTION OF THE URBAN GEOGRAPHY IN BRAZIL AND IN PARANÁ STATE

ABSTRACT: The present paper try on making a brief trajectory of the Urban Geography, mainly that one dedicated to the territory of the North of Parana State and its cities.

Key words: Cities Structuration, Cities Network, North of Parana State, Urban Expansion, Urban space production.

1. A GEOGRAFIA URBANA

1.1. Introdução

As cidades, as vilas, os burgos, as aglomerações de habitações sempre despertaram interesse e curiosidade no ser humano. O ser humano é, essencialmente, gregário, aprecia e necessita da aglomeração, do agrupamento de elementos, com a finalidade de proteção, defesa, ajuda mútua, divisão de atividades, escambo, comércio, lazer e de tantas outras atividades que devem ser praticadas com o concurso de várias pessoas. No dizer de Clark, D. (1985):

"a cidade tornou-se o foco central da atividade econômica e social e de influência na moderna sociedade urbana." (pp. 17)

Sendo objeto de curiosidade, as cidades acabaram por ser objeto da apreciação das pessoas que buscam, na observação do burgo, o enfoque mais interessante dentro do prisma momentâneo da observação.

As cidades podem ser observadas sob diversos ângulos e, dentro destes, sob múltiplos aspectos, dependendo do interesse, treinamento e objetividade do observador. Tome-se como exemplo a apreciação de uma pequena cidade por três profissionais distintos, em busca de um lugar para se estabelecerem, um professor, um médico e um advogado. Cada um destes profissionais dá o seu enfoque particular baseado na sua experiência profissional. O professor analisa as condições de educação da cidade, as escolas, os educandários, a faixa etária da população, as condições do exercício da sua

¹ Mestrando do Curso de Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes Universidade Estadual de Maringá.

² Professor do Departamento de Geografia Centro de Ciências Humanas Letras e Artes Universidade Estadual de Maringá.

profissão, além dos aspectos não ligados à sua profissão mas inerentes à vida do ser humano: a estética da cidade, as condições de qualidade de vida, as condições de tratamento de saúde, as condições de transporte, as oportunidades de progresso, as opções de lazer, etc. O médico analisa a cidade com enfoque sobre as condições de saúde da população, os hospitais, as clínicas, os postos de saúde, o posicionamento da cidade dentro de uma rede para hierarquizar as unidades de atendimento do setor de saúde, a faixa etária da população, as condições do exercício da sua profissão e, também, os aspectos não ligados à sua profissão mas inerentes à vida do ser humano: a estética da cidade, as condições de qualidade de vida, as condições de transporte, as oportunidades de progresso, as opções de lazer, as condições de escolaridade da cidade, mas, neste ítem, com um enfoque mais fraco que o adotado pelo professor. O advogado analisa a cidade sob o ponto de vista dos usos e costumes locais, das condições do exercício da sua profissão, das funções da cidade, das instituições públicas existentes na cidade, se é sede de município, se é sede de comarca, procurando discernir a forma de organização da sociedade na localidade e, também, dos aspectos não ligados à sua profissão mas inerentes à vida do ser humano: a estética da cidade, as condições de qualidade de vida, as condições de transporte, as oportunidades de progresso, as opções de lazer, as condições de escolaridade da cidade, mas, neste ítem, com um enfoque mais fraco que o adotado pelo professor, as condições de tratamento de saúde mas, neste ítem, com um enfoque mais fraco que o adotado pelo médico.

Esta diversidade de apreciações sobre o mesmo objeto, variação de ângulos de apreciação, variação de enfoques, de profundidade de análise, com o desenvolvimento intelectual das sociedades, fez com que a atividade de se observar e analisar os burgos tivesse que ser sistematizada para uma melhor compreensão do objeto alvo, a cidade. Diz, novamente, Clark, D. (1985):

"Nenhuma disciplina pode querer monopolizar o estudo da cidade." (pp. 17).

Acrescenta, ainda que

"nenhuma metodologia predomina sozinha na análise urbana, porque há necessidade de se adotar ampla variedade de abordagens para se analisar a complexidade da vida urbana." (pp. 17)

Mas, a ciência que mais se prestou a uma sistematização de observação e de análise sobre as cidades foi a Geografia, baseada que estava na observação, análise e descrição da superfície da Terra. Clark, D. (1985), em felizes colocações sobre a atuação da Geografia na compreensão da cidade, volta a repetir:

"A Geografia é o estudo científico de padrões espaciais (...) nenhuma outra disciplina tem a localização e a distribuição como principal foco de estudo." (pp. 18)

Nos primórdios da Geografia, já se deu destaque à questão da descrição das cidades, sendo um destes o de Hipócrates que no capítulo V do seu tratado "Ares, águas e lugares" dava instruções aos médicos de como consultar um doente:

"Aquele que deseje fazer pesquisas exatas em medicina deve proceder assim: considerar em primeiro lugar, as estações do ano e os efeitos que cada uma delas é capaz de produzir (...); e em segundo lugar deve observar os ventos, quentes ou frios, sobretudo aqueles que são próprios de cada região. Ele deve também considerar as propriedades das águas, pois elas diferem em sabor e em peso (...). De modo que, quando um médico chega numa cidade que lhe é desconhecida, ele deve examinar com cuidado, a maneira como ela está exposta em relação aos ventos e em relação ao nascente (...); e a propósito das águas, ele deve considerar como elas se apresentam, e em particular se os habitantes usam água de mangues ou águas duras provenientes de lugares rochosos ou águas salobras."

Quanto ao solo, ele deve considerar se ele é descoberto e sem água ou se ele é arborizado e inundado, se ele é baixo e quente ou se ele é elevado e frio. Ele considerará também o regime dos habitantes, se eles amam a bebida, se tomam refeições ao meio dia e não suportam fadiga ou se eles amam o exercício do trabalho, comendo bem e bebendo pouco. É a partir destes dados que o médico deverá considerar cada caso. Para um médico que conhece bem, todos estes aspectos, senão ao menos a maior parte deles, ele não deixará escapar, (...), nem as doenças locais, nem a natureza das doenças gerais, de sorte que não cometerá erro, em relação a todas estas coisas que naturalmente se produzem, se ele tem conhecimento prévio destes dados para refletir antes de cada caso." (Cap. V, cf. Jouanna, Jacques in "Hipocrate", 1992.)

Ao longo dos tempos foram sendo aprimoradas a chamadas *artes urbanas*, que são o conjunto de normas de composição arquitetônica e urbanística, baseadas em critérios estéticos, funcionais e construtivos. Todavia, estas *artes urbanas* serviam para projetar e implantar assentamentos urbanos e não para explicar e entender a cidade. Evidente que o aprimoramento de um conjunto de normas passa por observações, reflexões, e críticas sobre o que foi edificado anteriormente. Mas estas observações, reflexões e críticas, sobre as cidades, ao longo dos tempos, não foram explicitadas de forma organizada e sistemática, até que surgiu o envolvimento da Geografia, como ciência, na questão urbana. Isto se deu com o aumento da saliência da cidade sobre o campo. O inchamento desordenado das cidades deram origem a problemas coletivos de saúde, as epidemias, reduzindo de forma dramática a qualidade de vida de grande parte da população européia.

Neste ponto, surge, novamente, a atuação de médicos envolvidos com questões urbanas. Baseados no tratado de Hipócrates, médicos desenvolveram as idéias do *higienismo*, sendo um deles o médico inglês Thomas Sydenham (1624-1689). As causas das doenças em massa estavam relacionadas com os 'miasmas', vapores oriundos dos pântanos, mas, também com as péssimas condições de higiene verificadas nas cidades.

Com a Revolução Industrial iniciou-se um processo de êxodo rural e consequente inchamento das cidades, até então desestruturadas para receber contingentes grandes de populações oriundas das atividades agro-pastoris. As péssimas condições de higiene das cidades eram classificadas em duas categorias: as de causas naturais, sítio urbano, águas paradas, ar parado, solo pantanoso, clima, ventos e as de causas sociais: superlotação, insuficiência de ventilação, pouca insolação das habitações, sujeira dos logradouros públicos, excesso de trabalho da população, má alimentação da população e a falta de higiene corporal dos indivíduos.

Destas conclusões surgiram os trabalhos denominados *geografias e topografias médicas* que representam a síntese do pensamento higienista. Este pensamento higienista influenciou na formulação de políticas de saúde com estabelecimentos dos serviços de saúde, na organização da sociedade, na economia das nações, nas relações entre trabalhadores e patrões, na difusão de hábitos higiênicos, na alteração dos hábitos alimentares, na criação das academias de medicina, na forma de se edificar habitações e edifícios públicos e na reestruturação das cidades. Com as observações e recomendações contidas nas *geografias e topografias médicas*, o saber urbanístico se aprimora e se reestrutura.

Muitos princípios que nortearam estas *geografias e topografias médicas* estavam errados, como o dos "miasmas", mas o *higienismo* condicionou as normativas do urbanismo, no que se refere à forma das cidades e, também, às práticas de higiene coletiva. As cidades e os indivíduos que nela habitam estavam doentes e precisavam de tratamento. A cidade recebe alargamento das ruas, normas de construção, destruição de alojamentos insalubres, implantação de redes de água, de esgoto, etc.,. Os focos urbanos de infecção são expulsos para fora da cidade, cemitérios, matadouros, indústrias

insalubres, curtumes, salgueiros, hospitais, prisões, etc. Nesta época são executadas as grandes intervenções urbanas. Os indivíduos recebem orientação para se higienizar, orientações simples, olhando sob o ponto de vista do final do século XX, mas inéditas até então: número de banhos por mês, lavagem das mãos, lavagem do rosto, corte de unhas, corte de cabelos, uso de leito individual, etc.

Definidas, pelos médicos, as intervenções necessárias para se melhorar as condições de higiene das cidades, entram novos atores no processo, os urbanistas e engenheiros que projetam e constroem as obras de infra-estrutura urbana necessárias para as melhorias das condições de vida nas cidades. Estas reestruturações urbanas ocorreram na segunda metade do século XIX.

As observações, as reflexões e as críticas às cidades velhas e doentes foram feitas pelos médicos, por motivações não urbanísticas mas sim, de saúde pública. As intervenções necessárias foram feitas pelos técnicos.

A Geografia urbana é o ramo da Geografia que se concentra sobre a localização e o arranjo espacial das cidades. Ela objetiva acrescentar uma dimensão espacial à nossa compreensão dos lugares e dos problemas urbanos. Os geógrafos estão interessados em identificar e explicar a distribuição das cidades, e as semelhanças e contrastes que ocorrem dentro e entre elas. Eles estão interessados no estudo do padrão urbano contemporâneo e nas maneiras como os processos sociais, econômicos e ambientais determinam a localização, o arranjo espacial e a evolução dos lugares urbanos.

A Geografia Urbana também sofreu as rupturas epistemológicas na sua forma de atuação como ocorreram na Geografia como disciplina de amplitude geral. Para fins de esclarecimentos didáticos podem ser feitas periodizações e classificações. Sendo a que exponho baseada no trabalho de Vasconcelos, Pedro de Almeida, "**Dois séculos do pensamento geográfico sobre a cidade**", com ligeiras adaptações para enfoque mais específico. Pode-se dividir, os trabalhos deste campo geográfico por períodos distintos: de 1870 a 1913; de 1914 a 1944; de 1945 a 1967 e de 1968 a 1994. Em todos estes períodos houveram trabalhos inovadores, manuais de Geografia urbana, metodologias próprias e conceitos novos e conceitos antigos renovados.

De 1870 a 1913

Neste período, sobressaem, além dos textos clássicos da Geografia Geral como os de Humboldt, de Ritter, de Ratzel e de Vidal de La Blache, os trabalhos de Reclus, E. (1855), de Levasseur E., (1891), sobre as cidades.

A metodologia a ser utilizada nos trabalhos de cunho urbano começa a ser definida, especialmente nas orientações de Vacher, A. (1904) e de Blanchard, R. (1911), destacando aí a monografia urbana, que salientava as condições físicas, a localização, a evolução histórica, a cidade atual e as funções regionais da cidade observada, refletida, analisada e trabalhada. Sendo trabalhos essencialmente descritivos, acrescentavam-se observações sobre a aparência física e estética, além de impressões subjetivas sobre os lugares urbanos.

Alguns conceitos são desenvolvidos como os de Humboldt (1811), extensão, posição e sítio; de Ratzel (1882/1891), sítio, situação; de Reclus (1855), sistema planetário de cidades, posição, localização, nós, organismo coletivo; de Levasseur (1891), o gravitacional onde "a força dos grupos humanos, como a matéria, é proporcional à massa"; de Pasquet (1898/1899), forças centrífugas; de Cluzot (1909), fatores históricos e jurídicos, pontos de vistas históricos, militar, religioso, jurídico; de Brunhes (1910), fato de ocupação improdutiva, ser natural. Surgem, neste período, metáforas organicistas como "a cidade é um ser vivo" "circulação sanguínea correspondendo à circulação de mercadorias" e "envelhecimento e morte das cidades".

De 1914 a 1944

Neste período, sobressaem os trabalhos de Auroseau, M. (1921), de Sorre, M. (1929) e de Michote, P. (1931).

A metodologia utilizada nos trabalhos de cunho urbano recebe contribuições muito proveitosas de Blanchard, R. (1922) em constante sistematização dos estudos das cidades, de Michote, P. (1931) com adaptação dos métodos regionais aos estudos urbanos, dando ênfase ao exame dos bairros mas, derrapando ao afirmar que a "*Geografia é a ciência do presente*" e de Mombeig, P. (1941) que esteve no Brasil desenvolvendo, aplicando e ensinando a sua metodologia.

Alguns conceitos são desenvolvidos como os de ocupações principais e ocupações secundárias; da lei do movimento centrífugo; de metamorfismo de contato; da teoria hexagonal de repartição das cidades, de Lalanne; de agrupamento geográfico das cidades, de Christaller; W. de tempo/definição/diferenciação; de função/diferenciação; de estrutura; de forma; de distribuição de função; de diferenças de estrutura interior; de zonas concêntricas; de vida de relações; de gênero de vida; de concentração e permanência; de cenário urbano; de áreas funcionais; de organização concêntrica; de "ilhas em um mar rural"; de "cidades arquipélago"; etc.

De 1945 a 1967

Neste período, sobressaem os trabalhos de Harris, C. e Ullmann, E. (1945), o de Clozier, R. (1945), e o de George, P. (1949 e 1952), com introdução de idéias sobre padrões de uso do solo, de êxodo urbano e de lutas de classes.

Alguns manuais de Geografia Urbana são produzidos, o de Taylor, G. (1946) determinista, com afirmações como "*o meio é a chave do entendimento da cidade*", o de Chabot, G. (1948), criando expressões como função urbana, profissão da cidade, alma da cidade, psicologia da cidade, mentalidade cidadina, o de Tricart, J. com dialetismos como "a função comandaria a estrutura social versus estrutura social comandaria a função" e expressões como estrutura e morfologia, o de Sorre, M. (1951): com expressões como habitat, paisagem urbana, estrutura das grandes cidades, ecologia urbanas, a cidade é um ser vivo à maneira de um vegetal, o de Smailes, A. (1953) com expressões como campo urbano, o de Toschi, U. (1966) sobre as cidades italianas e o de Johnson, J. H. (1967) com expressões como acessibilidade, auréola rururbana.

A metodologia utilizada nos trabalhos continua a ser as monografias e os estudos de casos específicos.

Alguns conceitos são desenvolvidos como os de padrões de uso do solo o de movimentos pendulares, o de êxodo urbano, (observar que não é êxodo rural), o de aparelhos de Estado, o de lutas de classe, o de classes antagonistas, o de consciência de classe, o de periferia proletária e revolucionária, o de séries urbanas, o de fato urbano, o da "influência da economia capitalista", o de paisagem urbana, o de forma, o de conteúdo, o de espaço, o de lugar, o de função, o de "sistema de relações", o de processos de desenvolvimento urbano, o de áreas naturais, o de funções do assentamento urbano, o de forma-elementos, o de estrutura física, funcional, demográfica e morfológica e de processo, o de índice de urbanização, o de característica funcional da aglomeração, o de concentração e intensidade de usos dos centros urbanos, o de índice para delimitação de áreas centrais, o de megalópolis, o de coalescência, o de polinuclear, o de processo, o de sistema, o de cidade como organismo vivo, o de diagnóstico da cidade, o de enfermidades da cidade, o de segregação social, o de agentes de loteamentos, proprietários, loteadores, intermediários, o do papel do estado em construção de grandes conjuntos habitacionais.

De 1968 a 1994

Neste período, devido ao grande corte epistemológico que ocorreu na disciplina como um todo, os trabalhos precisam ser classificados em trabalhos clássicos ou tradicionais, trabalhos teóricos-quantitativos, trabalhos críticos, trabalhos da corrente da percepção fenomenológica e trabalhos de difícil classificação.

Entre os trabalhos classificados como clássicos ou tradicionais podem ser destacados os de Camara, C. (1971), o de Langenbuch, J. (1971), o de Pitte, J. R. (1975) e o de Melo, M. L. de (1978).

Nos trabalhos classificados como teóricos-quantitativos temos o de Claval P. (1968), o de Mabongunje A. (1968), o de Gaspar J. (1970), o de Racine, J. B. (1971) e o de Faissol, S. (1978). Nesta corrente de atuação predominam os manuais de Berry, B. & Horton, F. com o desenvolvimento de temas como "Paradigma locacional", o de Carter, H. (1972) com expressões como modelos espaciais, localização, situação e o de Clark, D. (1982) com esclarecimentos sobre a ecologia fatorial.

Nos trabalhos da corrente da percepção fenomenológica temos o de Rimbart, S. (1973) com expressões como representações, imagens, formas, signos e forças de fragmentação, o de Capel, H. (1975) com expressões como "espaço é produto social", o de Bailly, A. (1977) falando sobre a necessidade de "literatura interdisciplinar sobre a percepção do espaço urbano" e o de Monet, L. (1992) com expressões como representações, sacralização.

Nos trabalhos críticos temos os de Santos, M. (1972 e 1975), criando expressões novas como metrópoles incompletas, os dois circuitos da economia, sistemas urbanos, o de Harvey, D. (1973), com expressões como justiça social e a cidade, atores de mercado, papel do Estado, modo de integração social, o de Bunge, W. (1974), com novidades como "Geografia da denúncia", o de Burgel, G. (1974), com expressões aqui ou ali novas como papel do Estado, do capital e da população, lutas e contradições urbanas, o de Capel, H. (1975) com expressões como agentes de produção do espaço, o de Levy, J. (1983) com expressões do tipo "espaço como um esquema de leitura da totalidade social", o de Vant, A. (1984) com idéias novas ou renovadas sobre territorialidade, redes, delocalização, escala micro-empírico até macro-teórica, o de Lasserre, D. (1986) com novidades como atores-chaves da urbanização, o de Racine, J. (1984) com noções de práticas e solidariedades dos habitantes, estratégias dos que decidem, o de Muller, P. O. (1986) com novidades como suburbanização, economia pós-industrial e fragmentação, o de Relph, E. (1987) com expressões do tipo imaginária, pós-modernismo, design urbano, o de E. Soja (1989) com informações sobre pós-historicismo, pós-fordismo, pós-modernismo, desindustrialização e a reindustrialização, o de Harvey, D. (1989) com novidades velhas e velharias novas pós-moderno, pós-modernismo, lugar, cidades-mundiais.

Entre os trabalhos de difícil classificação podem ser destacados o de Roncayolo, M. (1990), com informações sobre territorialidade, cultura, representação, atores sociais, o de Burgel, G. (1993) com neologismos cidade-ativa, cidade-festiva, estratificação, gentrificação, territórios urbanos, fraturas do corpo social, o de Marchand, B. (1993) com expressões sobre geografia histórica, atores urbanos e o de Racine, B. (1993) com utopias, ecologismo.

Outros manuais de Geografia Urbana são publicados como o de Beaujeu-Garnier, J. (1980) com desenvolvimento de temas como "Análise de sistemas e atuação do Poder" e o de Bastié, J. & Dezert, B. (1980) contendo observações sobre "Análise de sistemas e atuação do poder organicista".

1.2. A Geografia Urbana no Brasil

No Brasil, como em outros países, a Geografia Urbana passou por períodos. Didaticamente, para o caso brasileiro, estes períodos foram estabelecidos de forma brilhante por Muller, Nice Lecocq (1969) em seu **“Evolução e Estado Atual dos Estudos de Geografia Urbana no Brasil”** que peca somente pela sua desatualização pois foi publicado em 1969, lamentando-se aqui a falta de uma atualização do trabalho, nos mesmos moldes. Foram estabelecidos os períodos de Fase Pioneira da Geografia Urbana Brasileira que vai até 1940, o de Desenvolvimento da Geografia Urbana Brasileira que vai de 1940 a 1955 o de Fase de Afirmação da Geografia Urbana Brasileira, a partir de 1956, e as perspectivas futuras (para a época em que o artigo foi redigido) da Geografia Urbana Brasileira. Todavia, devido à sua atualização e abrangência, a periodização que se assemelha mais a uma classificação aqui adotada é a exposta de forma brilhante por Abreu, Maurício de (1994) no seu **“O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro”**. Esta periodização fica, assim, estabelecida: o período dito de Geografia Tradicional ou Clássico, o período dito de Geografia neopositivista, também chamado de Geografia Quantitativa (ou Teórica-Quantitativa) e o período atual, prevalecendo neste os estudos provenientes da Geografia Crítica.

1.2.1. A geografia tradicional em estudos urbanos brasileiros (de 1910 até 70's)

A influência francesa, nas artes e nas ciências, se faz sentir no Brasil até a Segunda Grande Guerra. Dentro da Geografia esta influência também ocorreu. Talvez pela facilidade da língua francesa, por ser uma língua latina, ser mais compreensível aos brasileiros que a língua inglesa ou a língua alemã. Talvez pelo fato do Brasil possuir uma certa afetividade com a França, desde os tempos da missão francesa que esteve no Brasil quando da vinda da Família Real Portuguesa, contraditoriamente, escapando da França Napoleônica. Talvez pela lucidez dos pensadores franceses do século passado e início deste. Mas, além destas razões, no início da Universidade de São Paulo, em 1934, vieram ao Brasil para atuarem como professores, os franceses Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig que reforçaram a então clara preferência dos brasileiros pelos estudos franceses. Estes mestres além de ensinar uma geração de geógrafos brasileiros também produziram estudos sobre regiões e cidades brasileiras que serviram de modelo para diversos outros estudos realizados por brasileiros sobre regiões e cidades brasileiras. Dentre os trabalhos de cunho marcadamente urbano que estes geógrafos franceses realizaram no Brasil estão **“Sorocaba, la ville des foires à mulôts du Brésil”** (1935) e **“The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns”** (1938), de Deffontaines, P. e **“Algumas observações sobre Marília, Cidade Pioneira”** (1941), **“O estudo geográfico das Cidades”** (1941) e **“Pionniers et Planteurs de São Paulo”** (1952) de Monbeig, P. Estes trabalhos e a presença dos ilustres mestres franceses influenciaram toda uma geração de professores de geografia e de geógrafos de campo na produção de trabalhos com metodologia semelhante. A técnica de produção dos mesmos, pela quantidade de trabalhos e pelo longo tempo em que foram sendo realizados, acabou sendo aprimorada e inovada, até à exaustão do modelo. Pode-se, assim dizer, que os trabalhos geográficos urbanos passaram a ser: monografias urbanas, estudos regionais com capítulo monográfico urbano, monografias urbanas parciais e grandes estudos urbanos.

As monografias urbanas eram o resultado da aplicação do método regional à cidade e eram divididas em seis segmentos: o sítio, a posição, a evolução histórica, a

fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade. Dentre inúmeros trabalhos aqui classificados podemos citar o de Ab'Saber, A. N. (1953) sobre Manaus.

Os estudos regionais com capítulo monográfico urbano são trabalhos de geografia regional que enfocam uma cidade dentro da região, normalmente o principal centro urbano da região analisada. Dentre inúmeros trabalhos aqui classificados podemos citar o de Santos, M. (1955) sobre a Zona do Cacau da Bahia.

As monografias urbanas parciais são estudos sobre uma cidade específica sem, contudo, abranger todos os seis segmentos metodológicos da monografia urbana. Dentre inúmeros trabalhos aqui classificados podemos citar os de Bernardes, L. M. C. (1957/1958/1960) sobre o sítio e posição da cidade do Rio de Janeiro, o de Canabrava, A. P. (1949-1950) sobre origem e evolução histórica e de suas funções predominantes sobre São Paulo, o de Geiger, P.P. (1960) sobre a estrutura urbana do Rio de Janeiro. Alguns trabalhos, que tiveram outras motivações, poderiam ser enquadrados dentro desta classificação, como o de Soares (1958) sobre metodologia a ser empregada no estudo de bairros de grandes cidades.

Os grandes estudos urbanos, são grandes trabalhos, envolvendo pesquisas extensas e tempo enorme de preparação. Dentre poucos trabalhos aqui classificados podemos citar o de Azevedo (1958) "**A cidade de São Paulo (Estudos de Geografia urbana)**".

1.2.2. As mudanças na geografia urbana tradicional brasileira

Com a exaustão dos modelos utilizados pela Geografia Tradicional para tentar explicar a cidade, gradativamente foram surgindo novas formas de abordagem da cidade, novas formas de se pensar a cidade, novas maneiras de se observar certos assuntos urbanos e novos assuntos urbanos a serem observados, primeiramente sobre ótica antiga e posteriormente sobre prisma novo. Passando a serem estudados: o grau de centralidade urbana, a área de influência da cidade, as metrópoles, as área metropolitanas, a organização interna das cidades, a estrutura urbana visando o habitat urbano, os agentes modeladores do espaço, a descentralização das atividades terciárias, o abastecimento urbano, as mudanças das relações de produção. Desenvolveram-se novos conceitos como o de aglomerado urbano, o de subúrbio, o de urbano/suburbano, o de fisionomia urbana, o de função urbana, etc. Estas mudanças na geografia tradicional ocorreram a partir de meados da década de 50. Revelam antes de tudo um sentido de autoconfiança dos geógrafos brasileiros e, principalmente, um amadurecimento na forma de pensar o fato urbano. Os trabalhos desta fase podem ser classificados conforme a abordagem com que eram feitos. Dentre os sobre a metropolização podemos destacar o de Soares, M. T. de S. (1962), "**Nova Iguaçu, Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro**". Dentre os sobre a organização interna das cidades podemos destacar o de Carvalho, A. D. S. (1955-1957) "**O Crescimento recente da Cidade de Salvador**". Dentre os sobre os agentes modeladores do espaço, podemos destacar o de Godenstein, L. (1970) "**Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão**". Dentre os sobre a descentralização das atividades terciárias podemos destacar o de Botelho & Cardoso (1960-1962), "**Madureira: Tentativa de determinação da área de influência de um subcentro da Metrópole Carioca**". Dentre os sobre a abastecimento urbano podemos destacar o de Mesquita, M. G. (1959), "**Aspectos Geográficos do Abastecimento do Distrito Federal em Gêneros Alimentícios de Base**". Dentre os sobre as mudanças das relações de produção podemos destacar o de Rossini, R. E. (1971), "**Serra Azul, O Homem e a Cidade**".

1.2.3. A renovação quantitativa na geografia urbana brasileira

Com a vinda de professores americanos ao Brasil, a partir da metade da década de 60, para ministrar cursos ou prestar consultoria, divulgou-se o que se produzia nos EUA sobre Geografia, quais as técnicas adotadas e o que se estudava. Isto causou uma reformulação na forma de se estudar, pensar e trabalhar em Geografia no Brasil, atingindo, também, a Geografia Urbana. Esta forma pragmática de se aplicar Geografia acabou sendo tentadora para o planejamento territorial, utilizando conceitos matemáticos e estatísticos e métodos quantitativos. Acabou por romper com a chamada escola francesa de enorme influência no pensar geográfico brasileiro. Os trabalhos geográficos originados nesta forma de atuação, quantitativa ou teórica, baseados em avaliações matemáticas e estatísticas visavam principalmente, a busca de padrões para as diversas variáveis analisadas. A busca de padrões é assunto preferencial em estatística. Estudos foram realizados para se tentar descobrir padrões de comportamento de variáveis tanto interurbanos como intra-urbanos. Dentre estes trabalhos podemos dividir em duas categorias os que estudavam padrões multidimensionais e os que buscavam padrões simples. Nestes estudos destacam-se o de Geiger, P.P. (1970) sobre as cidades do nordeste "**Cidades do Nordeste: Aplicação do "factor analysis" no estudo de Cidades Nordestinas**", multidimensional e o de Mold, Z. M. (1975), "**Padrões de localização Industrial na Área Metropolitana de Porto Alegre**", padrão simples. Dentre os de padrão simples, ainda, existem os que estudaram os padrões locacionais, e os padrões socio-econômicos. Outros estudos concentraram-se em padrões e processos, visando entender a mobilidade da população, mobilidade de emprego, mobilidade residencial, movimento pendular casa/trabalho, etc.

1.2.4. A produção atual da Geografia Urbana brasileira

A produção geográfica atual caminha por duas vertentes uma de crítica neo-liberal que analisa a forma e não o conteúdo e outra de crítica baseada no materialismo histórico, que procura analisar as determinações sociais e a contestação da ordem estabelecida.

Nota-se a influência neo-liberal em trabalhos cujos objetos variam desde a temática metropolitana até a temática da atuação do Estado, passando pelas temáticas do espaço urbano como um campo de forças, com os agentes modeladores do espaço, da segregação urbana e étnica e dos processos espaciais.

Nota-se a crítica histórica em trabalhos que abordam temáticas as mais variadas, sempre, menos descritivos e mais analíticos. Os temas variaram desde a lógica da especulação imobiliária, até o modo de produção capitalista, passando por capitalismo monopolista de Estado, instrumento de criação de mais-valia, transformação de morfologia urbana pelo capital e o Estado, relações Estado "versus" capital monopolista, vincular consumo de espaço urbano com processo migratório, o direito à cidade, direitos urbanos mínimos, ativismo de bairro, apropriação de terra urbana, os agentes da produção do espaço, produção/destruição/reprodução dos espaços intra-urbanos, espaço e reprodução do capital, cidade e acumulação do capital no campo, cidade e ambiente e tantos outros.

1.2.5. A Geografia Urbana no Norte do Paraná

O Estado do Paraná não havia sido muito pródigo em trabalhos de Geografia Urbana, tendo este alerta sido feito por Nice Lecoq Muller no seu já citado trabalho sobre a evolução dos estudos geográficos urbanos brasileiros. De um total de

quatrocentos trabalhos analisados pela pesquisadora, somente cinco trabalhos referiam-se especificamente a cidades ou regiões urbanas paranaenses. Sendo um relativo ao Porto de Paranaguá, de Magalhães, J.C. (1964), "**O porto de Paranaguá**". Outro relativo a Ponta Grossa, de Santos, E. O. (1956) "**Ponta Grossa Capital Regional do Oeste do Paraná**", com título geograficamente bem deslocado. Dois outros relativos a Londrina, um de Prandini, N. (1954) "**Aspectos da Geografia urbana de Londrina**" e o outro de Geiger, P.P. (inédito) "**A cidade de Londrina - Relatório de pesquisa em equipe realizada na XVI Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Londrina, de 1961**". E, um outro, da própria Muller, N. L. (1956) "**Contribuição ao estudo do Norte do Paraná**", contendo informações sobre, novamente, Londrina. Conseguiu, ainda, a autora, referir-se a uma comunicação, apresentada no XVIII Congresso Internacional de Geografia, de 1956, sobre o desenvolvimento de Curitiba. Evidente que alguns trabalhos referiram-se a núcleos urbanos paranaenses de passagem, o de Araújo, J. R. de, Filho (1956) "**O café, riqueza paulista**", o de França, A. (1960) "**A marcha do café e as frentes pioneiras**" e o de Monbeig, P. (1952) "**Pionniers et planteurs de São Paulo**". Alguns trabalhos de caráter geral sobre cidades, discutiram sobre urbes paranaenses.

A longa análise encetada por Abreu, M. de (1994) no seu já citado trabalho sobre o estudo geográfico da cidade brasileira, compreende cerca de **novecientos e trinta** trabalhos, sendo que deste total, apenas **vinte e cinco** referiam-se a cidades paranaenses. Destes vinte e cinco, cinco são os acima citados por Muller, N. L. (1969) e vinte novos, dos quais quinze, referem-se a Londrina: (1) "**Do Campo à periferia: Características sócio-econômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina**" (1980), Asari, Alice Yatiyo & Gouveia, Sílvia Lúcia; (2) "**Crescimento urbano de Londrina: estruturação do setor terciário**" (1986), Barreira, José; (3) "**Loteamentos irregulares de Londrina**" (1986), Ferreira, Yoshiya Nakagawara; (4) "**Formas de apropriação do espaço urbano de Londrina e as migrações intra-urbanas**" (1986), Ferreira, Yoshiya Nakagawara; (5) "**Mudanças na Estrutura urbana de Londrina**" (1986), Hayashi, Carlos Alberto e Kreling, Wagner Luiz; (6) "**Processo industrial de Londrina: fatores e características de sua transformação**" (1982), Hino, Maria Y. e Manganaro, Iclair C. D.; (7) "**Degradação Ambiental da Área do Aterro Sanitário de Londrina**" (1986), Lima, Samuel do Carmo; (8) "**Comércio e prestações de serviço do setor informal - Londrina**" (1986), Matsumoto, Shirley Y. e Sanches, Sônia B; (9) "**Jardim do Sol: uma vila periférica de Londrina**" (1973), Nakagawara, Yoshiya; (10) "**Questões e metodologia sobre o uso do solo urbano em Londrina**" (1982), Nakagawara, Yoshiya e Ziober, Denise Maria; (11) "**O lixo urbano e a degradação ambiental em Londrina**" (1989), Sanches, Sônia Banaki; (12) "**A ação do poder público no esforço de uma industrialização planejada: o exemplo dos distritos industriais em Londrina - Pr e Presidente Prudente - SP**" (1982), Sudo, Hideo e Asari, Y.; (13) "**A estrutura sócio-econômica do Jardim do Sol: Londrina**" (1986), Tsukamoto, Ruth Youko; (14) "**O setor informal de Londrina: o espaço público como locus dessa atividade**" (1986), Wada, Carmelita Yoshiko e (15) "**Crescimento vertical de Londrina: uma questão a ser estudada**" (1986), Wada, Carmelita Yoshiko et ali. Deste total de vinte novas contribuições ao estudo geográfico das cidade paranaenses, quatro referem-se à capital do estado: (1) "**Percepção do espaço urbano: O Centro de Curitiba**" (1982), Bley, Lineu; (2) "**Percepção do Centro de Curitiba**" (1987), Bley, Lineu; (3) "**A região metropolitana de Curitiba**" (1965), Garcez, Luiz Armando e (4) "**Migração e Metropolitização: o caso de Curitiba-Colombo**" (1986), Renk, Valquíria e, ainda, deste total, um trabalho refere-se a Palmas, "**A Terra Urbana Palmense no seu Processo de (Re)Construção**" (1988), Mendes, César Miranda.

A surpresa da relação dos trabalhos de Geografia Urbana sobre as cidades paranaenses está no fato da capital paranaense ser aquinhoadada com, relativamente, pouquíssimos trabalhos. As modificações urbanas ocorridas na cidade de Curitiba mereceriam um maior número de contribuições pelos fatores que levaram à transformação urbana e urbanística, nesta segunda metade do século. Outra surpresa está no fato de Londrina contribuir de duas formas nesta questão: tanto serve como objeto investigatório como constitui-se, gradativamente, em centro de estudos urbanos. Apontamos como fato curioso, o expressivo número de pesquisadores de origem nipônica, em trabalhos sobre Londrina. Salientamos, novamente, que a relação foi colhida a partir do portentoso trabalho de Abreu, M. de 1994. A partir daí, já é do nosso conhecimento que foram produzidos inúmeros trabalhos sobre cidades paranaenses que vêm ampliar a listagem acima sendo que muitos destes trabalhos elegem, de forma mais apurada, outras cidades do Norte do Paraná, entre elas, Maringá. Alguns destes trabalhos escolhi para comentários que são expostos mais adiante neste trabalho, nos itens de 3.1 a 3.7.

Pelo exposto acima vemos que o Norte do Paraná foi, relativamente bem aquinhoadado com estudos de Geografia Urbana. De um total de vinte e cinco trabalhos, o Norte do Paraná foi escolhido em dezoito produções, tendo a cidade de Londrina estrelado em não menos que dezessete análises. A cidade já teve a honra de sediar a XVI Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1961. O interesse que o Norte do Paraná despertou foi motivado pelo notável crescimento urbano que muitas das cidades experimentaram, especialmente nas décadas de 40 e de 50 e, também, pela maneira como a colonização das terras foi feita e pela forma como as cidades foram implantadas.

2. O NORTE DO PARANÁ

2.1. Tópico sobre a história da ocupação recente (séc. XX), do Norte do PR

Para fins de um posicionamento geográfico do Norte do Paraná, consideramos esta região, neste trabalho, como a porção de terras do Estado do Paraná, situada, grosso modo, entre o paralelo 24° Sul e o Rio Paranapanema, na direção sul-norte e entre os Rios Paraná e o Rio Itararé, na direção oeste-leste. A região era, ainda, dividida em três quinhões: o Norte Velho, o Norte Novo e o Norte Novíssimo. Posteriormente a região sofreu outras regionalizações. O mapa da figura 1 ajuda a esclarecer.

A ocupação antrópica do Norte do Paraná passa por três fases distintas: (1) ocupação pré-cabraliana, por povos indígenas da nação guarani e outros; (2) ocupação pelos espanhóis, constituindo a chamada "República Teológica do Guairá" que perdurou de 1557 até 1632 e, (3) a ocupação recente que se inicia na segunda metade do século passado até os dias atuais. Em que pese estudos arqueológicos e históricos sérios, sobre as primeiras fases, interessa-nos de forma mais objetiva a terceira fase. Esta fase de ocupação teve início com a implantação de colônia militar nas margens do rio Tibagi, em Jataí (1853) e também na primeira plantação de café na região de Tomasina, por mineiros provenientes de Itajubá, em 1862.

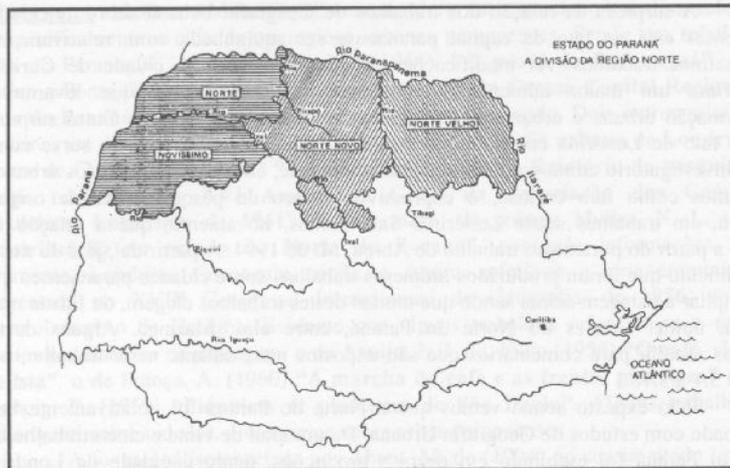


Figura 1. O Norte do Paraná e sua antiga divisão.

Fonte: Luz, France (1980) O fenômeno urbano numa Zona Pioneira: Maringá

Com a proclamação da república, e com a constituição de 1891 o estado do Paraná ficou com a responsabilidade de coordenar e disciplinar o domínio das terras devolutas proporcionando, desta forma a colonização e o povoamento do seu território, através da divisão do território em glebas, vendendo algumas para empresas colonizadoras particulares e atuando diretamente em outras, tendo inclusive atuado na fundação de algumas cidades, entre elas, Paranavaí. (Figura 2). Sobre esta questão Monbeig (1998), foi bastante feliz quando faz o alerta:

"No Estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as florestas como os campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros. A noção de terra pertencente ao estado é tão estranha à mentalidade paulista, que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo. No Paraná a situação é diferente e o governo do Estado possui ainda grandes extensões de florestas. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, no norte do estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. Dessa forma, para onde quer que se dirija, o avanço paulista encontra sempre, propriedades privadas. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de free land, instalar-se a seu bel prazer e criar amplos patrimônios, limitado apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho. Aqui, ele deve instalar-se em um quadro preestabelecido, com limites traçados pelo proprietário da terra que ele comprou." (pp. 211)

A ocupação das terras do Norte do Paraná teve, portanto características peculiares, tendo sido, sempre, norteadas por um planejamento prévio. Não um planejamento territorial nos moldes dos executados atualmente, mas um planejamento de diretrizes básicas, definido pelo Estado. Podemos estabelecer três níveis de planejamento para se concretizar a ocupação territorial: o planejamento territorial em nível macro, envolvendo toda a região, o planejamento territorial em nível micro, envolvendo as glebas e o planejamento urbano envolvendo os núcleos citadinos.

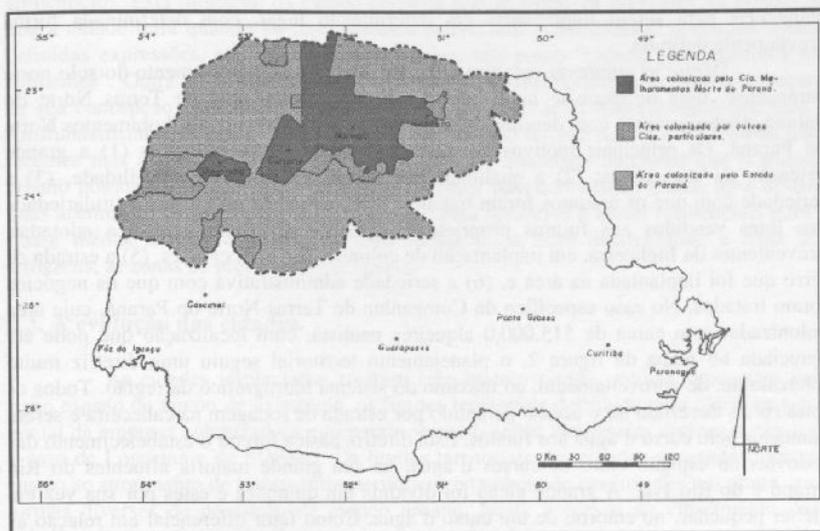


Figura 2. Área de terras norte-paranaenses colonizadas pelo Estado e por Cias. Particulares
 Fonte: Sudesul (1973) Estudo para o desenv. do Noroeste do Paraná. Atlas de Desenv. Vol 3
 Org. Edson S. Dias.

Conhecedor que era da qualidade das terras, o Estado do Paraná teve necessidade de promover o povoamento da região por dois motivos claros: o temor de perder o território que poderia se transformar em novo estado da União, ou Território Federal, como ocorreu por curta duração, posteriormente, com o Território do Iguazu, e para aumentar o nível de arrecadação que adviria do aumento da produção agrícola. A forma de povoamento mais exequível, para a época, foi a divisão do território em glebas que, colocadas à venda para colonizadoras particulares, nacionais ou estrangeiras, poderiam ser ocupadas. Sobre as glebas, agora de propriedade de empresas particulares, foram feitos os planejamentos para implantação da subdivisão em propriedades rurais. Nesta questão, o sistema hidrográfico da região influenciou algumas das colonizadoras. O sistema de parcelamento mais apropriado foi em lotes rurais de pequena área, caracterizando, na maioria das glebas parceladas, o minifúndio, adequado à monocultura do café, que, durante décadas, proporcionou um retorno financeiro muito bom. O sistema de minifúndio, para obter sucesso, necessita do apoio de núcleos urbanos. Além das vias de circulação, as estradas de rodagem, as empresas colonizadoras tiveram que planejar e implantar as cidades dentro de suas glebas. Novamente aí, surge outro nível de planejamento, o de planejamento de cidades, mais local, mais particularizado, mais detalhista.

2.2. A implantação das cidades.

As cidades do norte do Paraná foram implantadas, sempre, seguindo linhas de um planejamento prévio. Não foram núcleos espontâneos, nem tiveram sua origem em aldeamentos indígenas, nem em corrutelas, nem em vilas antigas, nem em antigas fazendas, nem em pontos de entroncamento de vias de circulação, nem em pontos vadeáveis de cursos d'água, nem em pontos de entreposto comercial. Foram cidades

planejadas para serem implantadas em determinado lugar, com determinada forma previamente definida.

Dentre as empresas colonizadoras que atuaram no parcelamento do solo norte paranaense, uma destacou-se mais que as outras, a Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente com denominação modificada, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Os principais motivos do destaque foram, dentre inúmeros (1) a grande extensão de suas terras; (2) a qualidade das terras, em termos de fertilidade, (3) a seriedade com que os assuntos foram tratados, principalmente no tocante à titulariedade dos lotes vendidos aos futuros proprietários, (4) a experiência e técnica adotadas, provenientes da Inglaterra, em implantação de colonizações com cidades, (5) a estrada de ferro que foi implantada na área e, (6) a seriedade administrativa com que os negócios foram tratados. No caso específico da Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja área colonizada, com cerca de 515.000,0 alqueires paulista, com localização que pode ser apreciada no mapa da figura 2, o planejamento territorial seguiu uma diretriz muito interessante, de aproveitamento, ao máximo do sistema hidrográfico da região. Todos os lotes rurais deveriam ter o acesso garantido por estrada de rodagem na cabeceira e serem banhados pelo curso d'água aos fundos. Esta diretriz básica forçou o estabelecimento das rodovias no espigão entre os cursos d'água, na sua grande maioria afluentes do Rio Pirapó e do Rio Ivaí. A grande gleba foi dividida em quinhões e estes por sua vez em glebas pequenas, no entorno de um curso d'água. Como fator diferencial em relação às outras empresas colonizadoras, a CTNP pode contar com a possibilidade de se implantar a estrada de ferro cujos trilhos estavam parados em Cambará. A implantação da estrada de ferro seguiu a seguinte rota, Cambará, travessia do Rio Tibagi, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá, Paissandu, Água Boa, Travessia do Rio Ivaí, Jussara e Cianorte. No trecho entre as travessias dos rios Tibagi e Ivaí, o curso de ferrovia acompanhou o espigão divisor das bacias dos rios Paranapanema e Ivaí. Ao longo deste traçado ferroviário foram implantadas as principais cidades, e, também, cidades secundárias. Ficando, estabelecido na diretriz geral da colonização que a cada quinze quilômetros deveria existir um núcleo urbano com comércio e serviços de primeira necessidade, e a cada cem quilômetros uma cidade maior, centro de comércio e serviços mais especializados.

Veja-se aí, o planejamento territorial a nível micro, definindo posição de núcleos urbanos e hierarquizando as cidades, antes mesmo que as mesmas fossem implantadas. Com esta diretriz geral básica de localização do núcleo urbano e com os levantamentos topográficos das bacias hidrográficas dos diversos cursos d'água, pode-se definir o sítio urbano das cidades. Com o condicionante das cidades terem que ficar à margem da ferrovia, um fator determinante foi a escolha da posição da estação de passageiros e do pátio de manobras ferroviárias que necessita de sítio onde a ferrovia é retilínea, em tangente, no dizer dos engenheiros ferroviários, e plano, para evitar o deslizamento do material rodante quando em espera. O sítio urbano ficou, assim, definido de forma determinista, no espigão, em local plano, ao redor do pátio de manobras ferroviárias, distanciado de outra estação ferroviária cerca de quinze quilômetros. Definido o sítio urbano, realizam-se os levantamentos topográficos necessários ao projeto da cidade, elabora-se este e implanta-se a cidade, abrindo as vias de circulação, definindo-se as quadras, dividindo-se estas, estabelecendo-se os lotes urbanos. Considerando que no entorno das cidades implantadas existiam as glebas com os lotes rurais, as cidades planejadas possuíam a sua delimitação bem definida. Em algumas cidades como Maringá, por exemplo, houve uma sofisticação adicional, criando-se pequenas chácaras de um alqueire paulista, em torno da cidade caracterizando um cinturão horti-fruti-granjeiro com a finalidade de abastecer a cidade com gêneros

alimentícios. Esta limitação da cidade permitia que se fizessem previsões da população que a cidade teria quando os lotes urbanos estivessem construídos e ocupados. Sendo definidas expressões, em anúncios publicitários, tais como "cidade para duzentos mil habitantes". Outra característica que algumas cidades receberam foi o estabelecimento, na sua concepção inicial, de um zoneamento de uso do solo. Naturalmente que sem o aprofundamento que tem sido aplicado no zoneamento do uso do solo em tempos mais recentes mas que para a época representavam uma qualidade adicional que o traçado urbano possuía. Definiam-se as zonas residenciais, havendo nestas, ainda, uma divisão mais acentuada, criando-se zonas residenciais para operários e zonas residenciais para a classe média, a zona comercial, a zona industrial, a zona institucional, a zona dos armazéns, as zonas de preservação ambiental

2.3. A evolução das cidades.

As cidades implantadas tiveram crescimento rápido, muitas superaram em curto espaço de tempo de existência, os limites territoriais definidos pelo planejamento inicial da empresa colonizadora e tornaram-se verdadeiras metrópoles regionais como é o caso de Londrina e de Maringá. Os limites territoriais das cidades superados, deram ensejo ao surgimento de loteamentos periféricos e também de construções em altura, em formas diversas de produção de espaço urbano. Neste processo de crescimento das cidades, de uma forma geral, em todas as cidades, houve uma piora em termos de organização do espaço urbano. As cidades, com o seu crescimento, logo tornaram-se sedes de municípios, surgindo daí a atuação de administrações municipais pioneiras e esborçadas mas às vezes despreparadas tecnicamente para o planejamento da expansão urbana, permitindo loteamentos sem concepção técnica adequada, havendo, mesmo, erros grosseiros de descontinuidade de vias públicas, lotes urbanos em desacordo com a concepção original, vias públicas estreitas, ausência de áreas públicas para o estabelecimento de equipamentos comunitários, ausência de áreas de preservação ambiental, desrespeito ao zoneamento de uso do solo previamente estabelecido, etc. O crescimento das cidades proporcionou o surgimento de problemas urbanos que, devido ao planejamento inicial não chegam a ser tão grandes como em cidades de origem espontânea. A grande questão que cidades situadas em espigão enfrentam é a falta de água. Maringá está com a questão temporariamente resolvida, com a captação de água no Rio Pirapó, cerca de 15,0 km de adutora em tubulações de grande diâmetro. Mas até quando o Rio Pirapó terá condições de abastecer a cidade? Sarandi, em processo de conurbação urbana com Maringá tem o seu abastecimento garantido (?) por cerca de trinta e cinco poços que buscam água em lençóis artesianos. Londrina sofre com a questão da água sendo a solução definitiva para o problema dividida entre captar água no rio Tibagi ou nos lençóis freáticos o Botucatu ou no recém descoberto, grandioso, o Guarani, mas, ambos, bastante profundos. Problemas urbanos existem em todas as cidades, quer planejadas quer de surgimento espontâneo, sendo que nestas mais agravados do que naquelas. Estas cidades do Norte do Paraná também apresentam problemas, sendo já, objeto de investigação urbanística por parte de geógrafos e de outros profissionais que também atual na questão urbana, arquitetos, engenheiros, economistas, historiadores, sociólogos, antropólogos, etc.

3. TRABALHOS URBANÍSTICOS SOBRE O NORTE DO PARANÁ.

Dentre os trabalhos urbanísticos relativos ao Norte do Paraná, não relacionados acima, existe uma série de contribuições que enfocam diversos aspectos

urbanos e regionais vinculados à problemática cidadina. Elegemos alguns que se vinculam ao tema central de nossa dissertação de mestrado, sobre desenho urbano das cidades colonizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná CTNP e sua sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná CMNP. Em uma sequência lógica de trabalhos, visando a ordem com que foram se registrando os acontecimentos dos fatos urbanos, e não na ordem cronológica em que foram produzidos, podemos classificar os trabalhos da seguinte forma: BARNABÉ, Marcos Fagundes (1989) **"A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia Terras Norte do Paraná"**; LUZ, France (1980) **"O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá"**; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (1971) **"Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização"**; MORO, Dalton Áureo (1991) **"Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná"**; MENDES, Cesar Miranda (1992) **"O edifício no jardim: um plano destruído- A verticalização de Maringá"**; FIGUEIREDO, Lauro Cezar (1998) **"Sarandi: um espaço produzido por Marialva e Maringá"** e DIAS, Edson dos Santos. (1998) **"Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte"**.

3.1. – Barnabé

BARNABÉ, Marcos Fagundes em sua dissertação de mestrado com o título de **"A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia Terras Norte do Paraná"** (1989) analisou o

"processo de estruturação espacial da área de terras sob controle da Companhia de Terras Norte do Paraná do seu início na década de 20 até o momento imediatamente posterior à transferência do controle acionário do empreendimento para um grupo brasileiro, discutindo as seguintes hipóteses:

- (1) *A existência de um projeto de estruturação da área de terras que avaliou as condicionantes preexistentes associadas ao processo de expansão da frente pioneira e elaborou projeto baseado na implantação de uma rede urbana e na previsão de relações entre campo e as cidades;*
- (2) *Da existência de projeto para as cidades a serem implantadas, segundo diretrizes urbanísticas pré-fixadas e apoiado por procedimentos de avaliação da experiência imediatamente anterior, com intenção de controlar a forma a ser adquirida pela cidade e,*
- (3) *Da existência de uma matriz de pensamento sobre a organização do espaço e da sociedade que orientou a utilização de modelos urbanísticos testados ou pelo menos tratados teoricamente anteriormente."* (pp. 14 e 15)

Baseou suas análises em conceitos sobre a região e os locais, desenvolvidos por Pierre Monbeig (1957) em seu **"Novos estudos de Geografia Humana Brasileira"** e por Claude Levy Strauss, (1955) em seu **"Tristes Trópicos"**, conhecedores pessoalmente da região, e em conceitos teóricos desenvolvidos por Howard Ebenezer (1898) em seu **"Cidades-Jardins de amanhã"** e por Françoise Choay (1979) em seu **"O urbanismo, utopias e realidade"**. Concentrou as análises, devido ao período escolhido de 1929 a 1942, fase inglesa da colonização da região, sobre as cidades de Londrina, Cambé (antiga Nova Dantzig), Rolândia e Araçongas, elencando os seguintes elementos de análise: (1) Meio natural suporte, (2) Traçado da malha urbana, (3) Espaços públicos, seu papel na hierarquização dos espaços, (4) Espaço privado, a quadra e o lote e seus papéis na qualificação dos espaços. Em suas análises o autor chegou à conclusão que segue.

"Nas primeiras cidades projetadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, na década de 30, encontramos aspectos de organização espacial de caráter universal. (...) buscou-se a afirmação da identidade do empreendimento através de projetos das cidades. Maringá (1947) e Cianorte na década de 50 são exemplos dessa atitude. (...) Também nas cidades e patrimônios projetados após 1942, podemos observar os padrões espaciais que nos remetem às soluções adotadas na fase inglesa". (pp. 125)

3.2. – Luz

LUZ, France, em sua tese de doutorado **"O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá"** (1993) estudou a história do município de Maringá na sua fase pioneira, especificamente sobre o fenômeno urbano da sede do município, dando um enfoque histórico-social. Considerando que o fenômeno urbano é bastante complexo, a autora pondera que os seus aspectos não podem ser tratados isoladamente, sob pena de se deturpar a realidade. (grifos nossos). Conforme escreve a autora:

"Tornou-se necessário, portanto, recorrer a outros campos do conhecimento como a geografia, a economia e a sociologia, buscando neles as contribuições que enriqueçam a abordagem histórica do tema. (pp. 5)

(....)

Procuramos, dessa forma, desenvolver o esquema de abordagem seguinte: a) a região sem a cidade, isto é, na sua fase anterior à fundação de Maringá; b) a fase de implantação do núcleo urbano; c) a fase de consolidação do núcleo urbano; d) a região com a cidade, ou seja, dependente em boa parte da cidade-polo e das relações entre ambas." (pp. 8)

A área do estudo está bem delimitada, é o município de Maringá na conformação que o mesmo possuía até 1960, quando houve desmembramento, com a criação dos municípios de Paçandu, Floresta, Ivatuba e Doutor Camargo. A época do estudo também está bem definida, entre o anos de 1942 e 1960. Aquele por ser ano quando os primeiros povoadores se fixam no núcleo inicial da cidade denominado de "Maringá Velho" e este por ser o ano do primeiro censo demográfico após a criação do município de Maringá e do seu desmembramento. A definição de cidade adotada no estudo foi:

"Cidade é um agrupamento humano relativamente denso, estável e heterogêneo, que apresenta uma organização do espaço própria, funções específicas e modo de vida diferente daquele do campo, além de certo grau de centralidade que permite dirigir e coordenar as atividades da região circunvizinha, em conformidade com o sistema econômico e social em que se insere." (Sem citação de fonte.) (pp. 196)

Com o apoio explícito de outras disciplinas, a abordagem histórica da autora chegou à seguinte conclusão:

"Em conclusão, pode-se afirmar que Maringá, como fenômeno urbano, refletiu a condições do povoamento e da economia do Norte do Paraná, da cafeicultura paranaense enfim. No entanto, devido a fatores específicos como sua localização e planejamento, bem como o aparelhamento urbano mais completo de que dispôs, teve um desenvolvimento diferente de quase todas as cidades da região, com exceção, talvez de Londrina. Enquanto alguns núcleos urbanos surgidos quase nas mesmas condições geográficas e econômicas, depois de cumprirem o seu papel como bases de apoio ao desbravamento, mantiveram um ritmo normal de expansão urbana, e outros estagnaram com o tempo, Maringá continuou crescendo e se equipando como centro regional, apesar de também sofrer as crises por que passou a cafeicultura." (pp 202)

3.3. – Souza

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de, em seu trabalho **"Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização"** (1971) estudou a

urbanização do Estado do Paraná através de uma pesquisa pluri-disciplinar, analisando fatores históricos, econômicos, políticos e sociais.

"Tentar obter, através de uma pesquisa pluri-disciplinar, alguns elementos explicativos desse fenômeno (a urbanização do Paraná) é o nosso objetivo principal." (Inclusão explicativa entre parênteses e grifos nossos.) (pp. 39)

Partindo de uma conceituação sobre cidade, urbanização, e urbanização em países sub-desenvolvidos, a autora desenvolve os estudos analisando as condições geográficas, históricas e econômicas da urbanização e o processo de urbanização. Segundo a autora,

"nos países sub-desenvolvidos, a urbanização não resulta do desenvolvimento industrial, não obedecendo à idéia industrialização-urbanização." (pp. 38)

(...) A formação da economia e o desenvolvimento desses países dependem inteiramente dos produtos primários e das forças econômicas internacionais. Pelas suas próprias características, trata-se de uma economia orientada para o exterior: encorajamento de uma agricultura extensiva; infra-estrutura ligada mais à atividade exportadora do que ao desenvolvimento regional, dependência das principais decisões econômicas, da conjuntura internacional, etc. (pp. 39)

(...)

Em resumo, é o setor agrícola que vai "dinamizar" a economia e será o seu fator propulsivo." (pp. 38)

O processo de urbanização, sendo uma consequência direta do desenvolvimento econômico, vai refletir essa situação" (pp. 39)

Foi também realizada uma série de análises sobre o elemento pioneiro e a especulação das terras, personagens bastante ativos na urbanização do Paraná, notadamente no Norte do Paraná. Outra análise que não escapou à pesquisadora foi a atuação do Estado do Paraná no processo de urbanização. Tanto na questão do parcelamento das terras para colonização, para resolver questões fundiárias entre posseiros e grileiros, como na questão da divisão do território em municípios por razões fiscais e políticas. O estudo, todavia, concentra-se no estabelecimento do índice de urbanização do Estado do Paraná, havendo análises sobre a demografia, com fonte no Censo Demográfico – Sinopse Preliminar - 1960.

A autora conclui que:

"um estudo sobre a urbanização engloba pontos de vista diversos, dada a complexidade do fenômeno." (pp. 85)

3.4. – Moro

Moro, Dalton Áureo, em sua tese de doutorado "**Substituição de culturas, modernização agrícola e Organização do espaço rural, no Norte do Paraná**", teceu considerações sobre o sistema de produção agrícola da região Norte do Paraná envolvendo desde a fase pioneira, cafeeira, até a fase atual, de culturas com mecanização, surgindo daí novas relações de trabalho no campo, novos fluxos migratórios, êxodo rural e expansão urbana. Em que pese o título referir-se ao meio rural, não há como desconsiderar o assunto no tratamento das coisas urbanas na região do Norte do Paraná.

Como objetivo principal, o trabalho visa estudar:

"Primeiro os fatores que contribuíram para o processo de substituição de culturas, os quais, por sua vez, concorreram para agilizar o processo de modernização da agricultura regional e, por consequência, implicaram em transformações da organização do espaço rural do Norte do Paraná." (pp. 9 e 10)

(...)

Analisar o papel dos agentes condutores da política de modernização da agricultura na organização do espaço, especialmente o Estado e o capital industrial. (pp. 10)

(...)

Estudar os aspectos espaciais consequentes do processo, sobretudo aqueles ligados à distribuição da população, à estrutura fundiária, à ocupação do solo, ao regime de exploração." (Grifos nossos). (pp. 10)

Uma das suas conclusões foi:

"Portanto, atualmente, o padrão de organização da paisagem agrícola regional tende progressivamente, a ser comandado pelo setor agro-industrial, presente na região. As cooperativas agropecuárias, durante o período de implantação da modernização agrícola, com a preocupação de concretizá-la, funcionaram como instrumentos do Estado. Atualmente participam do mercado como verdadeiras empresas capitalistas." (Grifos nossos). (pp. 352)

3.5. – Mendes

MENDES, Cesar Miranda, em sua tese de doutorado intitulada "**O edifício no jardim: um plano destruído - A verticalização de Maringá**" (1992), enfoca a questão da verticalização de Maringá, abordando de forma eficaz uma das questões palpitantes do zoneamento de uso e de ocupação do solo urbano.

Em sua abordagem sobre a produção do espaço urbano, o autor visou o objetivo principal que é a verticalização da cidade de Maringá. Consegui distinguir dois processos em andamento a metropolização e a verticalização. Em sua pesquisa, o autor foi, gradativamente chegando a alguma constatações como:

"É fundamental estar numa cidade em fase de formação de dois processos: metropolização e verticalização. (pp. 1)

(...)

Dessa forma emergem aparentes dualidades que se constituem em pares dialéticos a reger o processo de formação e apropriação da metrópole em formação e sua verticalização". (pp. 1)

(....)

Um deles está vinculado à análise macro por exemplo, verificar as grandes etapas do desenvolvimento brasileiro e procurar na configuração da cidade a sua projeção". (pp. 4)

Tendo como objetivo específico do trabalho

"explicar a verticalização como uma nova paisagem do processo de construção da urbanização brasileira. (pp. 5)

No trabalho foram utilizando as

"categorias explicativas (basicamente ESTADO e CAPITAL, e num segundo plano LUTA DE CLASSES e RENDA DA TERRA, pois estas últimas não são prioridades neste trabalho)". (pp 5)

Foram enfatizadas definições novas como Geografia dos espaços produzidos e apropriados e a Geografia da verticalização. Fez um alerta sobre esta última:

"por ser recente, precisa de longas e profundas reflexões para melhor resgatar o aludido objeto". (pp. 277)

Metodologicamente, adotou, para a elaboração do trabalho, um organograma teórico-metodológico em que utiliza um referencial teórico, um referencial técnico e um referencial empírico, visando o objeto, no caso o Processo de Verticalização de

Maringá. No referencial teórico, das quatro categorias analíticas necessárias ao entendimento do processo de produção do espaço urbano, capital, Estado, renda da terra e a luta de classes, o autor priorizou as duas primeiras. No referencial técnico utilizou mapas, fotos e gráficos. No referencial empírico, utilizou entrevistas e realizou trabalho de pesquisa na Prefeitura de Maringá.

Ao longo do trabalho foram elaboradas periodizações necessárias ao entendimento completo do objeto pesquisado, periodização sobre o crescimento horizontal da cidade, a implantação dos loteamentos, periodização sobre a aprovação de projetos e construção de edifícios em altura indo, ainda, até na periodização de número de elevadores de Maringá. Como exemplo de periodização, resgatamos:

"O primeiro período do processo de verticalização de Maringá, de 1960-1969, teve dez (10) edifícios construídos produzindo uma área de 47.877,66m². (pp. 335)

(...)

O segundo período do processo de verticalização de Maringá, 1970-1979, teve trinta e nove (39) edifícios construídos, produzindo uma área de 135.730,82m². (pp. 337)

(...)

O terceiro Período do processo de verticalização de Maringá, 1980-1989 apresentou setecentos e onze (711) projetos de edifícios construídos ou em construção, gerando uma área de 2.455.045,59m²." (pp. 338)

Ao longo do texto, podem ser recuperadas observações como as que seguem

"Significa criar, com toda a evidência, uma geografia diferente mas também reproduzir e repetir, em grande escala a velha dialética da história dos seres humanos: renovar para destruir, emergindo uma nova forma de morar. (pp. 9)

(...)

O objeto em questão – a verticalização – acabou se transformando em fascínio ao menos atento observador, constituindo-se num empenhar-se na apreensão de seu estudo. (pp. 277)

(...)

A geografia deve, sempre, referir-se a realidades concretas. (pp. 332)

(...)

Para nós a verticalização é uma inovadora forma de morar, mas que acaba com a liberdade do cidadão. Essa observação diz respeito ao rápido processo de Verticalização de Maringá onde a população passou a enfrentar. Desse contexto emergiram questões-problema substanciais: a não consciência do que é morar num condomínio, aí surgem dificuldades quanto ao barulho, relacionamento com vizinhos, custos de auto-gestão, interesses de grupos em conflito com outros, dentre outros. (pp. 342)

Foram feitas orientações para trabalhos futuros, correlatos ao tema da tese:

"Constatou-se ainda inúmeras questões direta ou indiretamente envolvidas com o Processo de Verticalização de Maringá, mas que não foram objeto de análise aprofundada neste estudo. Podem ser exploradas em futuras pesquisas, elas são: a segregação social, os problemas de segurança, as plantas dos edifícios incorretas, os materiais de construção de baixa qualidade, a concentração de edifícios gerando problemas ambientais, a pouca importância dada à problemática da verticalização nas diretrizes do Uso do Solo quanto ao Novo Plano Diretor, entre outros." (pp. 341)

Como conclusão de caráter geral, sobre urbanização o autor tece a seguinte consideração:

"As cidades não crescem apenas porque são "lugares centrais", "lugares de emprego e da indústria" ou do "exército de reserva". As cidades crescem porque existe uma multiplicação e complexidade dos interesses nelas resolvidos." (pp.342)

3.6. – Figueiredo

FIGUEIREDO, Lauro Cezar, em sua dissertação de mestrado intitulada “**Sarandi: um espaço produzido por Marialva e Maringá**” (1998), trata da expansão territorial urbana de Sarandi que experimentou notável crescimento populacional a partir dos anos 70, talvez, tendo como principal causa as leis de uso, ocupação e de parcelamento do solo urbano de Maringá, um tanto restritivas. Em sua abordagem buscou os seguintes objetivos:

- Verificar como atualmente se expande o espaço urbano periférico na cidade de Maringá, e as consequências desta expansão sobre a cidade de Sarandi;
- Averiguar sob que formas se deu esta expansão espacial urbana, reconhecendo os fatores que atuaram e atuam promovendo de maneira destacável o crescimento territorial de Sarandi, a partir de 1970;
- Verificar o papel desempenhado pelos agentes produtores do espaço, identificando a importância das ações pública e privada, quanto aos loteamentos e,
- Apreender a manifestação no espaço dos mecanismos que interagem desencadeando diferentes formas de comercialização e valorização do solo.” (pp. 10)

Utilizando um organograma teórico-metodológico em que utiliza um referencial teórico, um referencial técnico e um referencial empírico, visando o objeto, no caso o crescimento da malha urbana de Sarandi. No referencial teórico, das quatro categorias analíticas necessárias ao entendimento do processo de produção do espaço urbano, capital, Estado, renda da terra e a luta de classes, o autor priorizou as duas primeiras. No referencial técnico utilizou mapas, fotos e gráficos. No referencial empírico, utilizou entrevistas e realizou trabalho de campo. Ao longo do trabalho teve interessantes considerações sobre crescimento de cidades, qualidades intrínsecas e externas de terrenos, as qualidades locacionais de terrenos, a acessibilidade, e a infraestrutura, variação destas qualidades no espaço e no tempo. Analisou dois agentes produtores do espaço urbano, os loteadores e o Estado. Expôs o crescimento de Sarandi e chegou à interessante colocação:

“O crescimento da cidade de Sarandi é principalmente como o da cidade de Maringá, à semelhança do que ocorreu em outras cidades brasileiras, não ocorreu (e nem ocorre) em resposta a um processo de industrialização.” (pp. 11)

Como conclusão, entendeu que o processo de produção do espaço urbano de Sarandi ocorreu em duas etapas. Em uma primeira etapa através da frente pioneira com a cafeicultura e em segunda etapa com os fluxos migratórios oriundos da introdução de novo sistema de produção agrícola, envolvendo a substituição de culturas e a modernização da agricultura. A cidade de Maringá foi sendo produzida, através da implantação cada vez mais contínua de loteamentos, caracterizando-se por uma horizontalidade e, posteriormente, uma verticalização da cidade, cuja origem está no excedente de capital da cultura cafeeira, na substituição e modernização da cafeicultura e no excedente de capital oriundo da agroindústria. Com o estabelecimento mais firme da função comercial, atacadista e varejista, surgiram, em Maringá, os altos custos de habitação, de serviços urbanos, bens de serviços urbanos e bens de consumo coletivo, especulação imobiliária tanto na compra e venda de imóveis como na locação. Desta situação, Sarandi com baixo custo social e econômico em vista dos da vizinha cidade surgiu como periferização da cidade de Maringá.

3.7. – Dias

DIAS, Edson dos Santos, em sua dissertação de mestrado “**Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte**” (1998) aborda a questão da ocupação do norte e noroeste do Paraná, resgatando a gênese e o desenvolvimento da cidade de Cianorte.

Entre os objetivos do trabalho estão: Contribuição para uma leitura da organização espacial da cidade de Cianorte e servir de subsídio para a compreensão do processo que envolve o agente fundiário e a produção do espaço urbano.

Os desafios que se colocaram, segundo o autor são:

*“1º compreender a análise espacial como interpretação de estreita relação entre conhecimento empírico do objeto e a teoria baseada em distintas categorias de análise;
2º conceber o espaço social como, simultaneamente, reflexo e influenciador das múltiplas determinações sócio-econômicas, políticas e culturais;
3º procurar, sempre que possível, fazer a intermediação das diversas escalas de análise, na busca do entendimento do contexto amplo que vai resultar em desdobramentos sobre o local. Por esta razão, quando necessário, procuramos nos deslocar da realidade local para uma realidade regional, nacional, ou mesmo mundial, por avaliar que uma conjuntura mais abrangente resulta em reflexos sobre o objeto privilegiado do nosso estudo.” (pp. 5)*

Como referencial técnico, foi adotada a utilização de dados censitários e econômicos da cidade, consulta a trabalhos acadêmicos sobre as questões abordadas, consulta à companhia colonizadora, elaboração de mapas temáticos, utilização de material visual de apoio, gráficos, tabelas, fotos, figuras, etc.; Como referencial empírico utilizou-se do recurso de entrevistas com pioneiros da cidade. Como referencial teórico, utilizou-se de conceitos estabelecidos em ampla literatura já tornada clássica sobre a questão da produção do espaço urbano: Marx, Lefebvre, Santos, etc.

Inicialmente são feitas considerações sobre a fundamentação teórica da questão, produção do espaço urbano e, mais especificamente, produção do espaço urbano no capitalismo. Posteriormente são resgatadas as questões históricas sobre o processo de ocupação do Norte e Noroeste Paranaense. Em seguida é feita a apresentação da atuação empresarial da companhia colonizadora. Logo após a questão da dupla expropriação da natureza e do homem que o autor entende que ocorreu no processo de ocupação territorial. Depois, são feitas as considerações sobre o desenvolvimento do município de Cianorte, passando por três fases que o autor considera como bem periodizadas: a fase da cafeicultura, a fase da mecanização e modernização da agricultura e a fase da indústria do vestuário. Apresenta a seguir uma panorâmica do espaço urbano produzido de Cianorte, com base na concepção inicial, tecendo considerações sobre a relação entre esta concepção de Cianorte e a das “Cidades-Jardins” inglesas. Por fim faz suas considerações sobre o agente fundiário que o autor considera como privilegiado, atuando na cidade.

Ao longo do seu trabalho pode-se destacar constatações como as que seguem:

“(...) a empresa delinha 978 propriedades (991061m2) dentro da área urbanizada (não computando aqui a extensa área de propriedade da empresa que envolve a cidade, denominada de “Cinturão Verde”) até o mês de maio de 1996. (pp. 3)

*(...)
até a década de oitenta era a única empresa particular a fazer a abertura de novos loteamentos. (pp. 3)*

*(....)
Em outras cidades planejadas para se tornarem “centros de influência regional”, como Londrina e Maringá, a CMNP não possui mais nenhuma presença enquanto proprietária*

de terrenos urbanos que ainda estão para ser colocados no mercado. Em Cianorte, ao contrário, o número de terrenos em posse da CMNP é considerável. (pp. 106)

(...)

Como a própria prefeitura está instalada em um terreno concedido pela Companhia em conformidade com as regras de observação de uso, a menos que se tenha uma doação ou compra definitiva, constata-se uma ambiguidade entre o que é público ou privado nessa situação." (pp. 113)

Para concluir, o autor esclarece:

"Com a passagem de mais alguns anos, o papel de agente fundiário reservado à CMNP em Cianorte estará, basicamente restrito aos documentos históricos, desprovido de uma ação direta sobre a cidade, assim como hoje ocorre em Maringá e Londrina.

Mas, sua "marca" estará registrada na própria disposição urbana, herança de um planejamento, no caso de Cianorte, com um viés ambicioso quanto à sua materialização, o qual, se até o momento, não chegou a ser contemplado em sua plenitude, a Companhia conseguiu efetivar em grande parte. Até porque, isso significa alcançar os seus objetivos econômicos, e não são outros os objetivos que movem os agentes ligados ao capital." (pp. 156 e 157)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos acima escolhidos representam de forma sintética muitos dos assuntos que a Geografia Urbana aprecia na observação dos fenômenos urbanos: A localização, a colonização, o parcelamento territorial, o sítio urbano, a morfologia urbana, o parcelamento do solo urbano, a estruturação urbana, as funções da cidade, o desenrolar histórico da cidade, as atividades rurais no entorno das cidades, as vias de comunicação, o zoneamento de uso do solo urbano, as redes urbanas, a hierarquização urbana, a ampliação e crescimento urbanos, a produção do espaço urbano, os fluxos migratórios, a verticalização e a horizontalização urbanas, o planejamento urbano (ou sua ausência), as populações urbanas, a periferação urbana, a conurbação urbana, a produção monopolista do espaço urbano, os agente produtores do espaço urbano. Cada um destes assuntos, nos diversos trabalhos, recebeu um enfoque mais ou menos apurado, conforme o objetivo mais específico do trabalho. Em termos de enquadramento dentro das correntes de pensamento geográfico, devido aos tempos atuais, os trabalhos são revestidos de espírito crítico aliado a uma comprovação pragmática, conforme deve ser um trabalho de cunho científico, de acordo com nosso pensamento norteador de momento. O que nos agrada ver nos trabalhos é a quantidade de assuntos levantados e a seriedade com que os mesmos foram tratados.

Como já foi dito, a Geografia Urbana, no Norte do Paraná, manifesta-se de duas formas: na primeira, o Norte do Paraná, devido à sua singularidade, é objeto da investigação urbanística e regional, na segunda o Norte do Paraná, devido à sua evolução cultural, constitui-se em produtor de trabalhos investigatórios, graças ao número crescente de pesquisadores, professores e bacharéis em Geografia que atuam na Região.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. **O estudo geográfico da cidade no Brasil: Evolução e avaliação Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro**. in os caminhos da reflexão sobre Cidade – Urbano. 1. ed. São Paulo EDUSP, 1994.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado in **A cidade e o urbano: temas para debates**. Pp27 a 52. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

- AB'SABER, A.N. 1953. **A cidade de Manaus (primeiros estudos)** Boletim Paulista de Geografia 15:18-45.
- ANDRADE, A. 1979. **Maringá, Ontem, Hoje e Amanhã**. 1. ed. Maringá : Rumo,.
- ARAÚJO FILHO, J.R. 1956. **O café, riqueza paulista**. B. Paul. De Geogr., 23: 78-135.
- ASARI, A.Y. e GOUVEIA, S.L. 1980. **Do Campo à periferia: Características sócio-econômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina** Anais do 4^o Encontro Nacional de Geógrafos Rio de Janeiro AGB pp 404-406.
- AZEVEDO, A. de. (Coord.). 1958. **A cidade de São Paulo.(Estudos de Geografia Urbana)** São Paulo Cia Editora Nacional 4 vols.
- BARNABÉ, M.F. 1989. **A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia Terras Norte do Paraná**. São Carlos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos.
- BARREIRA, J. 1986. **Crescimento urbano de Londrina: estruturação do setor terciário** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 128.
- BEAUJEU-GARNIER, J. 1980. **Geografia urbana**. Lisboa Fundação C. Gulbenkian.
- BERNARDES, L.M.C. 1987. **Importância da Posição com Fator do Desenvolvimento do Rio de Janeiro** Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura.
- BERRY, Brian J. L. e HORTON, F.E. 1970. **Geographics perspectives on urban systems** Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- BLEY, L. e OLIVEIRA, L.de. 1987. **Percepção do Centro de Curitiba** In Encontro Nacional sobre Crescimento Urbano (Comunicações) Recife FUNDAJ Pp 75-103.
- BLEY, L. 1982. **Percepção do espaço urbano: O Centro de Curitiba** Rio Claro (SP) UNESP/IGCE dissertação (mestrado).
- BOTELHO, M.E.TC. e CARDOSO, M.F.TC., 1965/1966. **“Madureira: Tentativa de determinação da área de influência de um subcentro da Metrópole Carioca”**. Boletim Carioca de Geografia 17: 31-47.
- BRASIL - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1977. **Geografia do Brasil - Região Sul**. Volume 5. 1^a ed. Rio de Janeiro, Centro Editorial.
- BRUNHES, J. 1910. **La Géographie Humaine, essai de classification positive**. Félix Alcan, Paris.
- CANABRAVA, A. P. 1949-1950. **Chácara Paulistanas (Primeiros Estudos)** anais da AGB 4(1): 97-104.
- CARTER, H. 1972. **The study of urban Geography** Londres: Edward Arnold.
- CARVALHO, A.D.S. 1955-1957. **O Crescimento recente da Cidade de Salvador**. Anais da Assoc. Geogr. Bras. 10(1): 77-101.
- CHOAY, F. 1979. **L'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie**. Paris: Seuil.
- _____ 1979. **Urbanismo São Paulo** Perspectiva.
- CHRISTALLER, W. 1966. **Central Places in Southern Germany**, Englewood Cliffs, Prentice Hall. (Tradução inglesa da obra publicada em 1933).

- CLARK, D. 1985. O campo da Geografia Urbana in **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo, Difel.
- CLAVAL, P. 1968. **Régions, Nations, Grands Espaces. Géographie Générale des ensembles territoriaux**. Editions M. T. Génin Libraries Techniques Paris.
- CMNP. 1974. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
- CORREA, R.L. 1997. Dimensões da análise das redes geográficas in **A cidade e o urbano: temas para debates**. Pp131 a 136. Fortaleza: Edições UFC
- COSTA, M.C.L. 1997. Do Higienismo ao ecologismo: os discursos sobre espaço urbano in **A cidade e o urbano: temas para debates**. Pp153 a 162. Fortaleza: Edições UFC.
- DEFFONTAINES, P. 1935. **Sorocaba, la ville des foires à mulôts du Brésil** B. Assoc. Geogr. Français 91:212-225.
- _____ 1938. **The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns** Geogr. R. 28 (3):379-399.
- DEL RIO, V. 1990. **Introdução ao Desenho Urbano** 1. ed. São Paulo : Pini.
- DIAS, E. dos S. 1998. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- EBENEZER, H. 1898. **Cidades-Jardins de amanhã**.
- FAISSOL, S. org. 1975. **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE.
- FERREIRA, A.B. de H. 1980. **Dicionário**, São Paulo: Agp.
- FERREIRA, Y.N. 1986. **Formas de apropriação do espaço urbano de Londrina e as migrações intra-urbanas** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 129.
- _____ 1986. **Loteamentos irregulares de Londrina** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 125.
- FIGUEIREDO, L. C. 1998. **Sarandi: um espaço produzido por Marialva e Maringá**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FRANÇA, A. 1960. **A marcha do café e as frentes pioneiras** Livro-guia da excursão nO 3 do XVIII Congr. Int. Geogr. Rio de Janeiro.
- GARCEZ, L.A. 1965. **A região metropolitana de Curitiba** Anais do 2^o Congresso Brasileiro de Geógrafos (Resumos de teses e Comunicações) Rio de Janeiro Delta pp 99-101.
- GEIGER, P.P. 1970 . **“Cidades do Nordeste: Aplicação do “factor analysis” no estudo de Cidades Nordestinas”**, Rev. Bras. de Geogr 32(4):131-171.
- _____ 1960. **Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro** Rev. Bras. de Geogr. 22(1):3-46.

- (inédito) 1961. "**A cidade de Londrina**" - Relatório de pesquisa em equipe realizada na XVI Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Londrina.
- GEORGE, P. 1983. **Geografia Urbana**. São Paulo : Difel.
- GERARDI, L.H. de O. e SILVA, B.C.N. 1981. **Quantificação em Geografia**. São Paulo, Difel.
- GÖDENSTEIN, L. 1970. "**Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão**". São Paulo FFLCH/USP, tese (doutorado).
- HARVEY, D. 1980. **A justiça social e a cidade**. São Paulo : Hucitec.
- HAYASHI, C.A. e KRELING, W.L. 1986. **Mudanças na Estrutura urbana de Londrina** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 124.
- HINO, M.Y. e MANGANARO, I.C.D. 1982. **Processo industrial de Londrina: fatores e características de sua transformação** Anais do 5^o encontro Nacional de Geógrafos Porto Alegre AGB pp 365-366.
- HOWARD, E. 1996. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo : Hucitec.
- JOUANNA, J. 1992. **Hipocrate**. Paris : Fayard.
- KOHLSDORF, M.E. **Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar**.
- LANGEMBUCH, J.R. 1971. Estruturação da grande São Paulo. Rio de Janeiro IBGE.
- LE CORBUSIER. 1971. **Planejamento Urbano**. 2.ed. São Paulo : Perspectiva.
- LEPIETZ A. 1982. Alguns Problemas Da Produção Monopolista Do Espaço Urbano. Tradução de Maria Adélia de Souza. In **Revista Espaço e Debates**. Neru 7 (2), São Paulo.
- LEVY STRAUSS, C. 1986. **Tristes Trópicos**. Lisboa Edições 70.
- LIMA, S. do C. 1986. **Degradação Ambiental da Área do Aterro Sanitário de Londrina** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 71.
- LINCH, K. 1971. **Site planning**. 2. ed. Cambridge, Mass. : The M.I.T. Press.
- LUZ, F. 1993. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Ed. da Prefeitura do Município de Maringá. Maringá.
- MAACK, R. 1981. **Geografia física do estado do Paraná**. 2^aed. Rio de Janeiro José Olímpio.
- MAGALHÃES FILHO, J.C. de . 1964. **O porto de Paranaguá** Rev. Bras. de Geogr. 26(1): 63-95.
- MATSUMOTO, S.Y. e SANCHES, S.B. 1986. **Comércio e prestações de serviço do setor informal – Londrina** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 126.
- MENDES, C.M. 1987. **O papel da Rede Urbana na Articulação do Território Paranaense**. Rio Claro. Trabalho de qualificação para mestrado) – UNESP/IGCE.

- _____. 1988. **A Terra Urbana Palmense no seu Processo de (Re)Construção** Rio Claro (SP) UNESP/IGCE dissertação (mestrado).
- _____. 1992. **O edifício no jardim: um plano destruído- A verticalização de Maringá**. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MESQUITA M.G. 1959. "Aspectos Geográficos do Abastecimento do Distrito Federal em Gêneros Alimentícios de Base". Rev. Bras. de Geogr.21(2):165-189.
- MOLD Z.M. 1975 . "Padrões de localização Industrial na Área Metropolitana de Porto Alegre", Porto Alegre, UFRGS.
- MONBEIG, P. 1941. **Algumas observações sobre Marília, Cidade Pioneira**.
- _____. 1941. **O estudo geográfico das Cidades**.
- _____. 1957. **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**.
- _____. 1984. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis.
- MORO, D. A. 1980. **Substituição de culturas, e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. 1991. **Substituição de culturas, modernização agrícola e Organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. Rio Claro. Tese (Doutorado) - UNESP/IGCE.
- MULLER, N.L. 1956. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná**, Boletim Paulista de Geografia 22:55-97.
- _____. 1969. **Evolução e Estado Atual dos Estudos de Geografia Urbana no Brasil** Boletim Geográfico, 28(209):28-64.
- NAKAGAWARA, Y. 1973. **Jardim do Sol: uma vila periférica de Londrina (um estudo de geografia urbana)** Anais da AGB 18:279-282.
- NAKAGAWARA, Y. e ZIOBER, D.M. 1982. **Questões e metodologia sobre o uso do solo urbano em Londrina (1970-81)** Anais do 5^o encontro Nacional de Geógrafos Porto Alegre AGB pp 468-469.
- PRANDINI, N. 1954. **Aspectos da Geografia urbana de Londrina** Anais da AGB 6(1):61-80.
- PUPPI, I. 1973. **Noções de estruturação de cidades**. Ed. preliminar mimeografada. Curitiba,.
- RENK, V. 1986. **Migração e Metropolização: o caso de Curitiba-Colombo** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 153.
- ROMERO, M.A.B. 1988. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano 1^a**, ed. São Paulo : Projeto.
- RONCAYOLO. M. 1989. **Mythes et representations de la ville à partir du XVIII siècle** in Encyclopedie Universalis. Paris.
- ROSSINI, R.E. 1971. **Serra Azul, O Homem e a Cidade** . São Paulo FFLCH/USP, Dissertação (mestrado).

- SANCHES, S.B. 1989. **O lixo urbano e a degradação ambiental em Londrina** Sociedade e Natureza, Uberlândia 1(2): 91-95.
- SANTOS, M. 1955. **Zona do Cacau** Salvador S. A. Artes Gráficas .
- _____ 1979. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro Livraria Francisco Alves.
- _____ 1986. **A urbanização brasileira**. 3ª. ed. São Paulo : Hucitec.
- SANTOS, E.O. 1956. **Ponta Grossa Capital Regional do Oeste do Paraná**. Boletim Paulista de Geografia 24:57-80.
- SILVA, B.C.N. e SILVA, S.B. de M. 1988. **Elaboração de projetos de Pesquisa em Geografia - Uma Orientação**. 2. ed. Salvador, Ba. : Centro Educacional e Didático da UFBA.
- SINGER P.O 1978. Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista in **Revista de Arquitetura**. Rio de Janeiro, (3) : 4-7.
- _____ 1998. **Economia Política da urbanização** 1. ed. São Paulo : Contexto.
- SMAILES, A. 1953. **Geography of Towns**. Hutchinson and Co. London.
- SOARES, M.T. de S. 1958. **O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro** Boletim Carioca de Geografia 11(3-4): 47-68.
- _____ 1962. **Nova Iguaçu, Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia 24(2):155-256.
- SORRE, M. 1952. **Les fondements de la Géographie Humaine** A. Colin Paris.
- SOUSA, Maria Adélia Aparecida de. 1971., **Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização** in Boletim Paulista de Geografia No 46, Dez/71. AGB São Paulo.
- _____ 1989. **A identidade da metrópole: A verticalização de São Paulo**. São Paulo USP Tese de Livre Docência.
- SPREIREGEN, P.D. 1973. **Compêndio de Arquitetura Urbana**. 2ª. ed. Barcelona, Esp.: Gili.
- SUDO, H. e ASARI, Y 1982. **A ação do poder público no esforço de uma industrialização planejada: o exemplo dos distritos industriais em Londrina/Pr e Presidente Prudente/SP** Anais do 5º encontro Nacional de Geógrafos Porto Alegre AGB pp 359-360.
- TROPPEMAIR, H. 1987. Pesquisa em biogeografia in **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro : Graff Set.,
- TSUKAMOTO, R.Y. 1986. **A estrutura sócio-econômica do Jardim do Sol: Londrina** Anais do 6º encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 135.
- VASCONCELOS, P. de A. 1997. . Dois séculos do pensamento geográfico sobre a cidade in **A cidade e o urbano: temas para debates**. Pp69 a 84. Fortaleza: Edições UFC.,
- VIDAL DE LA BLACHE, P. 1923. **Principes de Géographie Humaine** Paris.

WADA, C.Y. et alli 1986. **Crescimento vertical de Londrina: uma questão a ser estudada** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 123.

WADA, C.Y. 1986. **O setor informal de Londrina: o espaço público como locus dessa atividade** Anais do 6^o encontro Nacional de Geógrafos (Contribuições Científica) Campo Grande AGB p 127.

WESTPHALLEN, C.M. et alli 1969. **História do Paraná**. 1^a. ed. Curitiba : Grafipar,.

RESUMO: O presente artigo aborda a questão da verticalização no âmbito do bairro Universidade Maringá - PR, onde há um processo de verticalização em andamento, com a implantação pelo Univasul de edifícios de apartamentos, com o intuito de oferecer moradia.

PALAVRAS-CHAVE: Edifícios de apartamentos, verticalização.

A NEW WAY OF LIVING: VERTICAL BUILDINGS IN UNIVERSITY LAND NEIGHBORHOOD - MARINGÁ - PR

ABSTRACT: The article deals with the question of the verticalization of the urban space in University neighborhood - Maringá - PR. In this neighborhood there is a process of verticalization being implemented by the Univasul of Maringá, with the intention of offering housing.

KEY WORDS: Apartment buildings, verticalization.

I. INTRODUÇÃO

No contexto de desenvolvimento econômico, a verticalização tem sido, nas últimas décadas, uma forma bastante utilizada e, portanto, predominantemente, uma maneira aproveitada pelo capital para se manifestar no espaço urbano, sobretudo, das grandes metrópoles.

A cidade de Maringá, em seu desenvolvimento econômico, apresenta um processo de verticalização e, hoje, é bastante conhecida por possuir, no seu centro urbano, um conjunto variado freqüentemente de edifícios de apartamentos que tem, neste processo, uma complexidade relativamente grande.

O bairro Universidade Maringá - PR, é uma área pertencente - sem dúvida nenhuma - aos moradores e estudantes e, portanto, tem sido planejado para oferecer, no futuro, moradia de edifícios, visando, com isto, a utilização da terra e de grande quantidade de capital por eles representado.

Uma das razões para a verticalização urbana em Maringá, segundo a origem do capital investido, é a busca de melhores condições de sua verticalização.

A presente pesquisa tem por objetivo a descrição do processo que possibilitou a capital e a verticalização e a comparação do bairro em questão com o processo de verticalização em outros locais de Maringá, os problemas relacionados a esta estrutura e, portanto, suas implicações ambientais dentro do contexto do desenvolvimento urbano da área em questão.

¹ Trabalho em Geografia, desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa em Geografia Urbana, do Curso de Geografia, Universidade Maringá - PR.

² Direção do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná - Curitiba - PR e, também, do Departamento de Geografia, Universidade Maringá - PR.